

Os critérios da premiação

O prêmio TI & Governo tem por objetivo divulgar e estimular as melhores iniciativas de governo eletrônico do Brasil. Os 20 projetos premiados foram escolhidos por seu caráter inovador – pelo impacto que produziram na administração pública, com a melhoria dos processos, a redução de custos, o ganho de qualidade, o aumento de segurança, a oferta de novos serviços, a melhoria no atendimento ao cidadão, a qualidade dos serviços prestados, a transparência – e por sua relevância social.

Os projetos foram classificados em três categorias: **e-Serviços Públicos** – nessa categoria foram avaliados os portais, serviços de Internet e os serviços prestados por outros meios eletrônicos, como telefone celular; a integração na prestação de serviços (de um governo até o ciclo de vida); as lojas de atendimento (*one-stop shops*); e as centrais de atendimento (*call centers*).

e-Administração Pública – foram enquadrados nessa categoria os serviços de suporte digital à elaboração e implementação de políticas públicas; suporte à tomada de decisão dos gestores públicos; comunicação interna e *workgroup*; eficiência interna de processos (compras, viagens, acompanhamento de processos, recursos humanos, controle de receitas, controle de despesas, acompanhamento do planejamento governamental); e integração de políticas entre as várias esferas de governo.

e-Democracia – nessa categoria foram classificados os projetos desenvolvidos para prover a comunicação entre Estado e Cidadão; comunicação entre os participantes do processo político; transparência e *accountability* (responsabilidade); e suporte a processos eletivos ou de consulta.

A inovação foi avaliada sob os aspectos *incremental* (com notas variando de 1 a 5); *transição* (notas de 3 a 10) e *radical* (notas de 7 a 20). A pontuação, maior ou menor, foi dada de acordo com o impacto provocado no trabalho, ou relacionamento com clientes, do órgão ou de seus departamentos. Foram premiados os projetos que obtiveram a melhor pontuação, na soma total dos jurados.

Comissão julgadora

A comissão julgadora que escolheu os 20 projetos premiados nesta edição, dentre os 84 inscritos, foi composta por Rogério Santanna (secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento), José Luis Bizelli (do departamento de Antropologia Política e Filosofia da UNESP), Maria Alexandra Cunha (da PUC – PR), Norberto Torres (Tec-Gov da Fundação Getúlio Vargas) e José Zeno Fontana, gerente de projetos e programas da Finep.